



Discurso de abertura das comemorações de 10 anos do Censipam

Proferido pelo diretor-geral do Censipam, Rogério Guedes, no dia 17 de abril de 2002.

Prezados servidores e servidoras do Censipam,

Hoje, 17 de abril de 2012, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) completa 10 anos de trabalho na Amazônia Legal. É instituído pelo Decreto nº 4.200, para substituir a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Seconsipam), com a atribuição de fazer a gestão do Sipam. Como também ativar, controlar, avaliar e coordenar o Sipam.

Somos ainda uma instituição nova – rumo à adolescência - que tem fortalecido seus laços de parceria na implementação das políticas públicas na Amazônia. Assumimos o desafio de trabalhar em uma região que ocupa 60% da superfície do território brasileiro, com gigantescas reservas minerais, a maior bacia de água doce da Terra e um terço das florestas tropicais úmidas do planeta. E, ainda, proteger este imenso patrimônio brasileiro dos olhares internacionais.

Entretanto, para chegarmos aqui, hoje, nesta comemoração de 10 anos, a história começa muito antes. Assim, considero importante fazermos uma retrospectiva histórica, para entendermos melhor nosso presente e olharmos com mais consciência para o futuro.

Em setembro de 1990, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e os Ministérios da Aeronáutica e da Justiça apresentaram à Presidência da República a Exposição de Motivos nº 194, que destacava a importância estratégica para o país de um sistema com base na atuação integrada dos órgãos governamentais, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e repressão aos ilícitos na Amazônia.

O governo brasileiro estava preocupado com a constatação de que vários órgãos governamentais atuavam na região amazônica de forma individualizada, realizando, por vezes, o mesmo tipo de tarefa, sem compartilhar o conhecimento obtido e sem otimizar os recursos públicos.

Depois, era extremamente necessária a proteção do território, que sofria agressões em seu ecossistema, ocupações predatórias, invasão das reservas indígenas, a exploração predatória dos seus recursos naturais e com o narcotráfico. Portanto, a presença efetiva do estado brasileiro na Amazônia era imprescindível. A Exposição de Motivos defendia a necessidade de um sistema que ajudasse no controle, na fiscalização e no monitoramento da região.

Para dar conta destas questões, o governo brasileiro passou a planejar a criação de um sistema que permitisse a coordenação das ações na região por meio de uma base de dados com informações detalhadas e integradas. A partir disso, a Aeronáutica assumiu o desenvolvimento e a implantação do Projeto Sivam. Durante dois anos, o governo trabalhou na concepção do Projeto. Concluído, foi, em 1994, para o Congresso Nacional aprovar o contrato de financiamento. Em 1997, o contrato do Sivam entra em vigor. Dois anos depois, (1999), é publicado o Decreto que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, ligado à Casa Civil, com a atribuição de definir as diretrizes ao Sipam.

Assim, de 1999 até 2002, a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Seconsipam) é responsável pelas articulações para colocar o Sipam em funcionamento na Amazônia. Mas faltava um órgão gestor. Então, se institui o Censipam, vinculado à Presidência da República, para gerenciar o Sistema e já em julho é inaugurado o primeiro Centro Regional em Manaus. Assim, é implantado o Censipam com a função de propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas ao Sipam, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam), composto por vários órgãos governamentais.

Portanto, a criação deste Sistema, que levou anos para ser concebido e colocado em prática, foi uma resposta vigorosa do Estado brasileiro para assegurar a sua soberania na região, implantando um sistema capaz de gerar informações e produzir conhecimentos para a elaboração e execução de políticas públicas integradas, voltadas ao desenvolvimento social, econômico e à preservação ambiental.

Hoje, passados os 10 anos de implementação e funcionamento do Sipam, poderíamos citar uma série de políticas públicas desenvolvidas na Amazônia em parceria com outras instituições, mas quero destacar algumas como o Projeto da Cartografia. Previsto, inicialmente, para produzir cartas náuticas, terrestres e geológicas de uma área de 1,8 milhões de quilômetros quadrados, o Projeto foi transformado recentemente em ação permanente do Censipam. Para isso, foi necessária a aquisição de equipamentos para as instituições parceiras. A Marinha já está construindo 5 barcos para a elaboração das cartas náuticas e o Exército construiu um centro de sensoriamento remoto de última geração para a cartografia terrestre. A Aeronáutica está modernizando os subsistemas das

aeronaves, além da aquisição do Sensor ADS-80, uma câmera de imageamento aéreo de alta resolução que gera imagens digitais contínuas ao longo do voo, instalado na aeronave R35. O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) está sobrevoando a região, fazendo o levantamento geológico.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), nossa infraestrutura tecnológica está contribuindo para ampliar o acesso das famílias que vivem em situação de extrema pobreza nos programas sociais do governo federal na região amazônica: o bolsa família e o bolsa verde. No caso do bolsa família foram instaladas antenas de comunicação via satélite em lugares de difícil acesso e comunicação para cadastrar famílias no Programa. O acordo de cooperação com o MDS prevê a instalação de 166 antenas até 2013.

Já com o Ministério do Meio Ambiente estamos apoiando o Bolsa Verde, beneficiando famílias em situação de extrema pobreza e que vivem do extrativismo sustentável na Amazônia. Em 2011 foram cadastradas 17 mil famílias e a expectativa é cadastrar mais 11 mil nesse ano de 2012. O objetivo é aliar a preservação ambiental à melhoria das condições de vida e a elevação da renda dessas famílias, que fazem um uso sustentável da floresta, por meio da exploração do látex, das castanhas, de óleos vegetais, do açaí ou até da madeira, segundo critérios fixados por planos de manejo.

Outro projeto importante para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade de agricultores familiares na Amazônia é o Terra Legal. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estamos apoiando a titulação da propriedade de terras públicas federais na Amazônia, ocupados por posseiros. Ao receber o título da terra, o proprietário assume responsabilidades com a área, comprometendo-se a reflorestar a área desmatada ou reduzir o corte. Esses são exemplos de políticas estruturantes que participamos, assim como outras que também recebem o apoio do Censipam como o Arco do Desmatamento, Arco Verde, Telecentros.

Ao longo dessa década temos superado os desafios tecnológicos, para melhorar nossa gestão e os serviços oferecidos às instituições. Nestes dez anos, testamos, avaliamos e aplicamos os equipamentos do nosso parque tecnológico. Muitos ficaram obsoletos frente ao avanço da tecnologia. Outros foram necessários para melhorar a eficiência do Sipam. Esta situação nos levou a modernizarmos quase todo o parque tecnológico. Este investimento é fundamental, uma vez que a nossa infraestrutura tecnológica está contribuindo para combater, em parceria com as instituições, os ilícitos, o narcotráfico, as fraudes fundiárias, as pistas de pouso clandestinas e o garimpo ilegal na região.

Somos referência no sensoriamento remoto. Utilizamos sensores aerotransportados a bordo das aeronaves R99, E99 e R35 - operam nas faixas de micro-ondas, visível e infravermelho - que constituem o grande diferencial do sistema, quando comparados aos sensores orbitais. O

sensoriamento remoto é uma ferramenta importante na detecção de desmatamentos, corte seletivo, identificação de pistas de pouso e garimpo. E agora contamos com o sensor ADS-80, que produz imagens com qualidade superior as de satélites, adquiridos em parceria com a Aeronáutica.

Recentemente, instalamos nos três Centros Regionais novas antenas para recepção de imagens de satélites internacionais. Esses equipamentos permitem ampliar as informações meteorológicas e ambientais da Amazônia, além de fomentar a pesquisa sobre a climatologia na região e ampliar o controle de queimadas, da poluição dos oceanos e do ar. Já temos 11 radares meteorológicos instalados na Amazônia. Com este aparato, os técnicos realizam estudos sobre a climatologia, fazem previsões trimestrais e monitoram eventos meteorológicos severos de curto prazo e de longo prazo na região.

Poderia ainda citar mais ações e programas, entretanto, nada disto existiria se não fosse o esforço de todos vocês, nossos servidores, em escrever essa história, que completa uma década. Destaco o empenho de todos em trabalhar com muito esforço para dar conta das atividades, imbuídos em preservar e desenvolver este grande patrimônio da humanidade, que é a nossa Amazônia.

Por fim, não poderia deixar de citar que neste ano vamos realizar o concurso público, que o Planejamento aprovou e já formamos uma comissão que está trabalhando na sua execução. O concurso, para nós, fecha um dos elos do sistema, coroa nosso trabalho ao longo destes anos. Mostra que o esforço diário de todos trouxe resultados concretos. E, hoje, uma década depois, estamos celebrando, não só a efetividade de um órgão que nasceu para enfrentar um enorme desafio, mas também o nosso melhor e maior recurso: nosso capital humano.

Obrigado a todos!